COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.588, DE 2011

Dispõe sobre a aquisição, por órgãos e entidades da administração pública federal, de gêneros alimentícios produzidos por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, mediante alteração do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006.

Autor: Deputado MARCON

Relator: Deputado JERÔNIMO GOERGEN

I - RELATÓRIO

O PL nº 2.588, de 2011, de autoria do nobre Deputado Marcon, visa a ampliar as atuais exigências de compra pela administração pública federal de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares, estendendo-a a todos os seus órgãos e entidades.

O ilustre Autor do Projeto em apreço argumenta, em sua justificção, que *"as compras governamentais constituem instrumento frequentemente usado, inclusive em outros países que também adotam economia de mercado, para incentivar setores considerados prioritários para o desenvolvimento econômico e social"*.

O Projeto de Lei em apreço foi encaminhado, inicialmente, à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e, a seguir, à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, tendo sido aprovado por unanimidade em ambos Órgãos Técnicos. A matéria vem agora a esta Comissão de Finanças e Tributação para pronunciamento quanto ao mérito e à compatibilidade e adequação orçamentária e financeira. A seguir, deverá ser encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição, nesta Comissão.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe, a esta Comissão, apreciar esta proposição quanto ao mérito e à compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e demais normas pertinentes à receita e despesa públicas, conforme disposto no inciso II do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) e na Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, de 29 de maio de 1996.

Nesse sentido, verificamos que a proposta de incluir dispositivos na Lei nº 11.326, de 2006, determinando que os órgãos e entidades da administração pública federal, que realizem a aquisição regular de gêneros alimentícios, destinem no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos destinados a essa finalidade à compra direta de gêneros produzidos por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural ou por meio de suas organizações, não apresenta indícios que possam colidir com a Lei Orçamentária Anual vigente, pois não impõe comprometimento adicional da receita orçamentária destinada a esse propósito. Trata-se apenas de estabelecimento de percentuais de compras entre eventuais fornecedores dos programas de aquisição de alimentos do Governo Federal.

A proposta também não influi no aumento da despesa pública deste e dos próximos exercícios, nem interfere ou afronta os dispositivos da Lei do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em vigor, principalmente em relação às metas fiscais estabelecidas nesta última.

No que tange ao mérito, sob a ótica financeira e orçamentária, entendemos presentes os requisitos de oportunidade e conveniência para a aprovação do Projeto em apreço, tendo em vista os benéficos efeitos econômicos que se podem esperar de sua aprovação para enorme gama de pequenos produtores rurais.

Diante do exposto, somos pela adequação orçamentária e financeira da matéria, e, quanto ao mérito, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.588, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2013

Deputado JERÔNIMO GOERGEN
Relator